

IX ENCONTRO DA ABCP

Área Temática Participação Política

Antes de junho, as ruas de maio: apreensões de ativistas goianienses sobre o Estado e a política institucional

Francisco Mata Machado Tavares – UFG
João Henrique Ribeiro Roriz - UFG

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

Antes de junho, as ruas de maio: apreensões de ativistas goianienses sobre o Estado e a política institucional

Francisco Mata Machado Tavares – UFG

João Henrique Ribeiro Roriz - UFG

Resumo do trabalho:

O ano de 2013 apresentou à cena política brasileira novas formas de contestação social que oferecem instigantes problemas à ciência política produzida no país. O artigo se situa nesse amplo contexto para se dedicar à compreensão, mediante um estudo de caso, da Frente de Luta do Transporte Público (FLTP) na cidade de Goiânia. A indagação condutora da pesquisa é a seguinte: como se manifestam e se explicam as interações políticas estabelecidas entre a Frente de Luta do Transporte Público e o respectivo ambiente jurídico-político, no período compreendido entre maio de 2013 e junho de 2014? Tal questão é articulada em três eixos, nomeadamente: a relação entre o caso estudado e as tensões de ordem colonial que contrapõem o centro brasileiro, situado no Sudeste, às localidades periféricas, como o Centro-Oeste (i); a relação entre a FLTP e outros movimentos ou partidos, em especial quanto à coesão ou foco na condução das causas dos protestos (ii); e a relação da FLTP com o Estado, em especial com o respectivo aparato coercitivo e penal-persecutório (iii).

Palavras-chave: ativismo político; teoria política crítica; criminalização de movimentos sociais; metodologia da pesquisa-ação.

1 - Introdução

O ano de 2013 apresentou à cena brasileira novas formas de contestação social que oferecem instigantes problemas à ciência política. Este trabalho se situa nesse amplo contexto para se dedicar à compreensão, mediante um estudo de caso, da Frente de Luta do Transporte Público (FLTP) na cidade de Goiânia. Inicialmente, procurava-se responder à seguinte pergunta: qual era a atitude ostentada pelos ativistas estudados em relação à institucionalidade presente nas normas e práticas governamentais e partidárias?¹

Contudo, percalços de ordem política e científica, na forma detalhada na seção seguinte, conduziram a pesquisa a uma readequação temática e metodológica. A pergunta norteadora deste estudo, conseqüentemente, passou a se equacionar assim: como se manifestam e se explicam as interações políticas estabelecidas entre a Frente de Luta do Transporte Público e o respectivo ambiente jurídico-político, no período compreendido entre maio de 2013 e junho de 2014? Tal indagação foi articulada em três eixos, nomeadamente: a relação entre o caso estudado e as tensões de ordem colonial que contrapõem o centro brasileiro, situado no Sudeste, às localidades periféricas, como o Centro-Oeste (i); a relação entre a FLTP e outros movimentos ou partidos, em especial quanto à coesão ou foco na condução das causas dos protestos (ii); e a relação da FLTP com o Estado, em especial com o respectivo aparato coercitivo e penal-persecutório (iii).

Antes de se detalhar o itinerário que conduzirá este texto à resposta da pergunta acima apresentada, convém delimitar a sua localização temática e teórica no específico contexto concernente ao campo acadêmico da ciência política.

A ciência política contemporânea é hegemônica, em especial nos Estados Unidos da América e em países, a exemplo do Brasil, em que “a academia caminha a passos largos em direção ao modelo americano” (FERES JÚNIOR, 2000, p. 98), por três grandes campos teórico-metodológicos.

Em ordem de influência e de institucionalização acadêmica há, primeiramente, uma linhagem que segue a longa esteira político-filosófica que caminha do liberalismo inglês a Weber, para desembocar na corrente neo-institucionalista, notadamente em sua versão da escolha racional². Esse pensamento tende a adotar os indivíduos como unidades preferenciais de análise, o modelo teleológico de ação como esquema explicativo do comportamento de atores politicamente ativos, o Estado como arena principal das relações políticas e a dominação/coerção como central ao conteúdo semântico da categoria poder. Quanto às técnicas de pesquisa, as preferências costumam recair sobre estudos respaldados em evidências quantificáveis, com intenso emprego da estatística e da coleta de dados empíricos primários mediante, por exemplo, *surveys*. Dentre inúmeros outros, destacam-se os potenciais desse campo para fins de

¹ A pesquisa realizou-se no âmbito do PROLUTA – Projeto de Pesquisas sobre Ativismo Social e Lutas Antirregime – vinculado ao Núcleo de Pesquisas em América Latina e Política Comparada da Universidade Federal de Goiás. Os autores agradecem às/aos bolsistas e voluntárias/os do projeto. São especialmente gratos ao bolsista Ian Caetano de Oliveira, responsável pelo levantamento de dados e ordenação cronológica da trajetória da FLTP.

² Sobre as versões do novo institucionalismo em Ciência Política, confira-se HALL & TAYLOR, 2003.

compreensão da lógica parlamentar; caracterização de partidos, governos e sistemas político-eleitorais; descrição de movimentos táticos ou estratégicos dos atores internos ao campo político; produção intensa de dados primários e; elaboração de prognósticos confiáveis em curto alcance. Por outro lado, nota-se sua insuficiência no que tange à identificação da gênese das preferências; à naturalização de estratificações e desigualdades; à baixa capacidade de interpretação das crises de regime e; à tendência ao insulamento epistêmico e metodológico da ciência política.

Uma segunda corrente de estudos científico-políticos, fartamente institucionalizada e especializada, ainda que menos influente do que a linha acima apresentada, pode ser associada ao amplo espectro semântico da ideia neorrepública de democracia participativa. Aqui, o povo ou sujeitos coletivos similares são o principal objeto de análise, antes das individualidades dotadas de preferências inatas. A referência filosófico-política, nesse caso, orbita a longa tradição que vem de Rousseau e, na contemporaneidade, ressoa em nomes como o de Carole Pateman (cf. PATEMAN, 1970). O Estado ainda conta com certa primazia na compreensão da política, mas o jogo eleitoral, próprio à democracia representativa, cede terreno a objetos de estudos associados a uma noção mais ampla e intensa de soberania popular, tais como plebiscitos, referendos e fóruns estatais abertos à participação da sociedade civil, a exemplo das experiências brasileiras de orçamentos participativos, conferências e conselhos. Na conta dos potenciais científicos dessa abordagem, podem ser creditadas, por exemplo, a percepção da baixa identificação entre governantes e governados nos Estados liberal-democráticos e a abertura da política e do poder para as expressões sociais que se revelam irreduzíveis à gramática das disputas eleitorais ou partidárias. Seus principais limites são observados na dificuldade em se definir termos polissêmicos como povo, bem comum e interesse público; na sua relação tensa com o fato do pluralismo; na tendência à naturalização do caráter equânime de espaços decisórios abertos à ampla participação; e na pouca sensibilidade à origem estrutural de alguns conflitos (cf. YOUNG, 2001). Há, nos estudos sobre democracia participativa, um pluralismo ou mesmo ecletismo quanto às técnicas de pesquisa adotadas, as quais oscilam de interpretações teóricas a estudos empíricos norteados por quantificações.

A terceira linhagem de estudos científico-políticos influente na contemporaneidade é aquela que viveria, desde o final do século XX, a chegada de um momento que ficou conhecido como a sua era, haja vista o exponencial crescimento do seu prestígio e relevância (cf. BOHMAN, 1998). Trata-se do conjunto de estudos que diz respeito à circulação de fluxos comunicativos na esfera pública e à respectiva influência sobre o sistema estatal. O deliberacionismo habermasiano é a principal referência filosófico-política dessa corrente, cujo escopo analítico é erigido sob a ambição de se superar o chamado paradigma do sujeito, de tal arte que os discursos, a linguagem, os argumentos e os atos de fala adquirem primazia sobre as subjetividades – não importa se individuais ou coletivas – nos estudos políticos. Quanto às técnicas de pesquisa, vê-se uma crescente marcha dessa linha desde a sua gênese em estudos reconstrutivos, claramente filosóficos (cf. HABERMAS, 2003), até trabalhos mais recentes, de ânimo pronunciadamente

empírico (cf. STEENBERGEN et. al., 2003). Dentre os principais méritos científicos do deliberacionismo democrático, nota-se a sua aptidão para a detecção da origem e da formação de preferências políticas; a identificação do campo não estatal, informal, como politicamente relevante; além da condução, para os domínios da ciência política, das contribuições filosóficas associadas ao contexto conhecido como virada linguística. Os principais problemas dessa maneira de se entender a política podem ser identificados em suas bases habermasianas, no seio das quais compreende-se uma separação entre trabalho e interação não alinhavada dialeticamente (cf. KEANE, 1975); uma certa miopia quanto a conflitos estruturais associada a uma “tendência a apresentar o conflito como uma patologia a ser eliminada” (MIGUEL, 2012, p. 100) e; ademais, uma elevação hipostasiante à essência do gênero humano de um modo de vida específico do burguês oitocentista (cf. TAVARES, 2013).

A pesquisa ora apresentada se descola dos três campos hegemônicos acima abordados. Procura-se direcionar o foco teórico para outras perspectivas, menos comuns, mas promissoras quanto ao tratamento de fenômenos como os protestos dirigidos pela FLTP em Goiânia, o Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, a Assembleia Popular Horizontal em Belo Horizonte, o Fora Cabral no Rio de Janeiro e o Bloco de Luta pelo Transporte Público em Porto Alegre. São adotadas linhagens menos institucionalizadas e prestigiadas no campo científico da política, as quais tendem a se concentrar sobre objetos nitidamente afiliados ao que João Feres Júnior define como “temas-tabu”, em função de sua baixa frequência nos artigos e livros vinculados à área (cf. FERES JUNIOR, 2000).

Para essas perspectivas (que são muitas e guardam pronunciadas distinções entre si), a política se explica a partir das dinâmicas sociais conflitivas, que não são entendidas como um problema a se eliminar, tal como se vê no deliberacionismo. As relações de agonismo, nesses marcos, tampouco se reduzem às regras e lógicas eleitorais, assim como não se sintetizam ou se resolvem em processos decisórios participativos. Para se adotar um único termo, de origem maquiaveliana, o tumulto é parte inerente e fundamental da política³. Greves ilegais, guerrilhas, sequestros de autoridades, protestos massivos de rua, boicotes e agrupamentos partidários ou movimentos sociais estrategicamente orientados à derrocada – antes da gestão – de regimes jurídico-políticos são, para esses registros, quintessencialmente políticos, antes de desvios ou patologias.

Nesses estudos, a política não se centra sobre o Estado ou a esfera pública, mas sobre os conflitos sociais. As unidades de análise são as coletividades em luta, como classes, gêneros, raças, colônias ou subalternidades. As bases filosófico-políticas são plurais e diversificadas, compreendendo influências não raramente díspares ou até antagônicas entre si. Oscilam, com efeito, desde os escritos de Marx e dos marxismos, chegando-se, contemporaneamente, às

³ Conforme se lê em uma das mais conhecidas passagens do autor: “Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma” (MAQUIAVEL, 2007, p. 21-22).

teorias socialistas, feministas radicais, anarquistas, agonistas, decolonialistas, recognitivas⁴ e crítico-reflexivas, dentre outras. O eixo é, em qualquer caso, a ênfase no conflito político que se processa e se manifesta fora das instituições e, especialmente, contra o Estado ou as formas de protesto por ele reconhecidas como válidas ou legítimas. Os principais potenciais dessas maneiras de se estudar a política – em meio à multiplicidade das quais esta pesquisa garimpa conceitos e construções teóricas, lógicas e interpretativas – residem na identificação das crises de regime, para além das crises de governo; na formulação de prognósticos de amplo alcance; na superação de hermetismos quanto à relação entre a política e outros campos; além do elevado grau de criticidade das pesquisas, a permitir conclusões mais robustas e completas. A sua grande insuficiência recai sobre a dificuldade em compreender os meandros institucionais e sobre a restrita capacidade de elaboração de prognósticos em curto alcance. No que tange às técnicas de pesquisa, os estudos dessa linha são ecléticos e plurais, oscilando desde trabalhos quantitativos, até o emprego de técnicas como a da pesquisa participante.

Orientada no vasto e pouco explorado universo situado às margens da tríade neo-institucionalismo, deliberacionismo e neorrepblicanismo, a pesquisa aqui apresentada se propõe a contribuir para os estudos que visam à institucionalização, no campo da ciência política, de uma agenda voltada à compreensão das formas de ativismo contemporâneas. Parte-se, assim, da crítica formulada pelo filósofo Costas Douzinas que, a propósito dos protestos disseminados globalmente a partir da crise de 2008, notou que “a ciência política padronizada, obcecada com as maquinações de governos, partidos e líderes, não pode entender esses movimentos e os repudia como não políticos” (DOUZINAS, 2013, p.134-135).

Uma vez situado o problema da pesquisa e a sua localização no campo da ciência política, é possível apresentar-se o itinerário seguido pela presente exposição. Na segunda seção, a seguir, apresentam-se os percalços de ordem política e metodológica que implicaram um desvio sobre a rota previamente planejada, de modo a se redefinir a pergunta, o tipo de investigação e as técnicas de pesquisa adotadas. Na terceira seção, narra-se a trajetória da FLTP no período compreendido entre maio de 2013 e junho de 2014. Enfim, na quarta seção, expõe-se a dinâmica da atuação da FLTP em relação ao respectivo ambiente político e jurídico, sob os prismas da tensão centro-periferia, da coesão na condução dos protestos e da relação com a coerção e a perseguição penal do Estado.

2 – Da pesquisa sobre os limites aos limites da pesquisa: percalços políticos e metodológicos do estudo sobre a FLTP em Goiânia

A pesquisa originariamente planejada pretendia compreender a atitude dos ativistas da Frente de Luta do Transporte Público que conduziram as manifestações de rua em Goiânia,

⁴ Delimita-se: as chamadas lutas *por* reconhecimento (*Kampf um Anerkennung*) parecem melhor acopladas ao modelo deliberacionista. Já as lutas *de* reconhecimento (*Kampf des Anerkennens*) se enquadram nesse registro. Sobre essa diferença, confira-se RENAULT, 2010.

Goiás, no ano de 2013, sobre a institucionalidade estatal. Pleiteava-se o alcance dos seguintes objetivos específicos: mapeamento da gênese, da organização, da pauta de reivindicações, dos vínculos institucionais e partidários, da composição a partir de outros movimentos/grupos, do processo de autonomização política, das formas de comunicação (particularmente quanto às novas tecnologias de informação) e do repertório de ação política da FLTP antes, durante e após as manifestações ocorridas entre maio e setembro de 2013 (i); identificação da percepção das/dos ativistas da FLTP sobre os canais institucionais de participação pública e das possibilidades de atendimento às suas reivindicações pontuais (ii) e; produção de dados empíricos qualitativos primários sobre o perfil sociocultural das/dos ativistas da FLTP (iii).

Foi implementada, mas posteriormente interrompida em meio ao seu curso operativo, a técnica de pesquisa concernente à realização de entrevistas em profundidade com as/os ativistas. Ademais, seriam realizados grupos focais com integrantes da FLTP. Os dados empíricos decorrentes desses levantamentos seriam a principal base a ser analisada e teoricamente interpretada para fins de alcance dos objetivos acima sumarizados.

Uma inesperada sucessão de eventos, todavia, ocorrentes quando a pesquisa já se encaminhava para a finalização do respectivo relatório, demandou significativa revisão do problema investigado, assim como do curso metodológico seguido. Uma operação policial conduzida conjuntamente pelo Serviço de Inteligência e pela Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO) da Polícia Civil do estado de Goiás surpreendeu, a um só tempo, fontes e pesquisadores envolvidos no trabalho acadêmico aqui relatado. A operação, denominada “2,80”, nome associado ao valor majorado das tarifas do serviço público de transporte urbano na cidade de Goiânia, cumpriu, na madrugada do dia 23 de maio de 2014, mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão contra militantes da FLTP. Na oportunidade, a autoridade policial concedeu entrevistas aos meios de comunicação local, valendo-se da ampla visibilidade que o assunto angariou em âmbito regional, para anunciar, reiterada e enfaticamente, que novas prisões teriam lugar nos dias subsequentes.

O impacto dessa ação junto aos integrantes da FLTP foi expressivo e produziu desdobramentos sobre esta pesquisa científica. O fato é que as autoridades policiais, sob o pretexto de investigarem ilícitos penais, voltaram-se a procurar panfletos, atas de reuniões, declarações políticas, textos programáticos, artigos acadêmicos e todo tipo de material que permitisse uma compreensão pormenorizada quanto ao funcionamento, à causa motivadora e ao perfil dos aderentes de protestos em favor do cumprimento do mandamento legal da modicidade das tarifas de transporte urbano na cidade de Goiânia. Sob essa conjuntura, tornou-se eticamente inadequada a manutenção de bases de dados com gravações que continham falas ou depoimentos de ativistas. A publicização ou o simples armazenamento de tal acervo significaria um risco à segurança das fontes pesquisadas e das/dos pesquisadores, que poderiam ter os respectivos materiais apreendidos no contexto do inquérito policial. Assim, as entrevistas com aderentes aos protestos de 2013 foram interrompidas e, adicionalmente, procedeu-se à opção

político-científica pela não utilização dos materiais já levantados.

A ação coercitiva produziu efeitos não apenas sobre as fontes mas, igualmente, em meio às/aos cientistas envolvidos neste trabalho. Isso se deu porque um dos ativistas contra quem foram expedidos os mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão, Ian Caetano de Oliveira, é bolsista do projeto no contexto do qual se conduz a pesquisa, denominado PROLUTA-UFG. Com efeito, significativo volume de informações fisicamente armazenadas – como arquivos compostos de panfletos, trabalhos gráficos e textos acadêmicos sobre movimentos sociais – e um computador cujo disco rígido guardava material empírico a ser utilizado neste trabalho acadêmico foram apreendidos. Em suma, às vésperas da conclusão dos trabalhos, as atividades alcançaram o limite de sua inviabilização, em função dos efeitos simbólicos sobre a segurança de fontes e pesquisadores, e como desdobramento das limitações materiais associadas à apreensão de dados e à detenção de um bolsista revestido de tarefas fundamentais.

Uma guinada quanto ao tipo de pesquisa adotado fez-se, a partir dos fatos acima narrados, imperativa. O estudo planejado como suficientemente objetivo e adepto de técnicas de pesquisas convencionalmente utilizadas no âmbito da ciência política foi repostado por um trabalho associado à pesquisa participante, em sua variante pesquisa-ação. Notou-se que, diante de um contexto em que o acervo da pesquisa estava parcialmente apreendido por autoridades policiais e um membro da equipe encontrava-se recolhido em um presídio, a única forma de prosseguimento da investigação científica seria a da intervenção sobre a realidade, de modo a se restabelecer as próprias condições em que uma produção acadêmica de ordem mais ortodoxa tivesse lugar.

Assim, os autores deste trabalho, a partir das prisões e dos mandados de busca e apreensão, passaram a se envolver politicamente com o objeto pesquisado e assumiram vínculos e compromissos com o conjunto de atores relacionados ao ativismo que até então conformara-se apenas como objeto de análise. Um dos autores somou-se ao coletivo de advogados que atuaram em favor da libertação dos militantes detidos e se engajou, adicionalmente, em negociações políticas, elaboração de documentos públicos, reuniões com lideranças de movimentos e partidos, dentre outras tarefas congêneres. O outro autor também se dedicou à ativa participação em atos públicos, reuniões e assembleias. Conduta semelhante fora adotada por significativo contingente de bolsistas e de voluntários do PROLUTA-UFG⁵.

A partir da reorientação quanto ao modo de pesquisa acima justificada, o próprio problema norteador da investigação acadêmica demandou uma reformulação. Isso ocorreu porque, como se sabe, a pesquisa-ação se orienta conforme parâmetros de validação e de justificação peculiares, nos termos da seguinte diferenciação: “conventional researchers worry about objectivity, distance, and controls. Action researchers worry about relevance, social change, and validity tested in action

⁵

As ações em questão contaram com respaldo institucional. Uma assembleia acadêmica, presenciada por cerca de 250 (duzentas e cinquenta) pessoas dos corpos docente e discente da Faculdade de Ciências Sociais da UFG e presidida pelo diretor da unidade deliberou, unanimemente, pela suspensão de parte das atividades acadêmicas – incluindo aulas – para que as pessoas pudessem tomar parte nos protestos públicos em favor da libertação dos presos políticos.

by the most at-risk stakeholders”⁶ (BRYDON-MILLER *et. al.*, 2003, p. 25). Ainda além, encampou-se a tese marxiana segundo a qual uma conduta científica crítica deve ser condizente com a máxima de que “nothing prevents us from making criticism of politics, participation in politics, and therefore *real* struggles, the starting point of our criticism, and from identifying our criticism with them” (MARX, 1843).⁷

Ao analisarem inquéritos policiais e documentos jurídicos, além de participarem de incontáveis reuniões, assembleias e atos públicos, os pesquisadores tiveram contato com robusto material empírico que, sob o devido filtro analítico e teórico, habilitou a produção de respostas válidas à indagação concernente aos padrões de interação entre a FLTP e o respectivo ambiente jurídico-político, sob os três prismas especificados acima, na seção introdutória.

A pesquisa-ação aqui relatada conformou-se como um estudo de caso centrado sobre a trajetória da FLTP entre maio de 2013 e junho de 2014. Adotou-se a corrente epistêmico-metodológica liderada por Bent Flyvbjerg, para quem essa maneira de se fazer ciência social permite a identificação dos “cisnes negros” que lastreiam as práticas popperianas de falseamento. Ademais, nas palavras do autor, “vale a pena repetir o *insight* de Thomas Kuhn de que uma disciplina sem um amplo número de estudos de caso executados abrangentemente é uma disciplina sem produção sistemática de exemplares, e uma disciplina sem exemplares é inefetiva. Na ciência social, mais estudos de caso podem ajudar a remediar essa situação” (FLYVBJERG, 2006). Assim, entendeu-se o estudo de caso como rentável não apenas para a preparação de outras pesquisas ou na condição de prelúdio dos trabalhos comparativos, mas como modo de pesquisa científico-política revestido de valor intrínseco.

A compreensão do caso em questão permitiu, como as seções seguintes hão de justificar, a produção de três achados contraintuitivos – “cisnes negros” – correspondentes à refutação das generalizações conjecturais de que os protestos de 2013 tiveram início em São Paulo (i), de que os protestos de 2013 caminharam para uma explosão niilista ou anômica (ii) e de que os mecanismos constitucionais e políticos próprios à democracia liberal asseguram um ambiente propenso à noção dahlsiana de contestação pública em Goiânia (iii). Antes de se abordar tais questões diretamente, procede-se a uma narrativa histórica dos principais episódios a envolverem a FLTP entre maio de 2013 e junho de 2014, nos termos da seção seguinte.

3 – Dias de luta: narrativa e periodização dos protestos em favor do transporte público na cidade de Goiânia entre maio de 2013 e junho de 2014

A Frente de Luta pelo Transporte Público é um movimento social com atuação em Goiânia e região metropolitana. O agrupamento é composto, em sua maioria, por jovens estudantes

⁶ “Pesquisadores convencionais se preocupam com objetividade, distanciamento e controles. Praticantes de pesquisa-ação se preocupam com relevância, mudança social e validade testada na ação pelas partes interessadas que se encontram sob maior risco” (tradução livre).

⁷ “Nada nos impede de fazer da crítica da política, da participação na política, e, assim, das lutas reais, o ponto de partida da nossa crítica, e de identificarmos a nossa crítica com elas” (tradução livre).

universitários e secundaristas. Dentre os integrantes da FLTP contam-se militantes sem vínculos organizativos com outras formas associativas, ativistas de outros movimentos sociais e militantes de partidos ou organizações políticas situados na oposição de esquerda ao Governo Federal. Ideologicamente, a FLTP se situa à esquerda do espectro político e congrega uma multiplicidade de aderentes, a oscilarem das distintas variantes do marxismo às concepções autonomistas e libertárias.

O ambiente social em que a FLTP atua é uma região metropolitana com população de aproximadamente 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes que ostenta, de acordo com o índice de Gini – cujo valor é de 0,65 – o predicado de mais desigual da América Latina e décima mais desigual do mundo (SERODIO, 2012). A Capital, Goiânia, sofre um intenso e não ordenado crescimento nos últimos anos e experimenta elevados índices de criminalidade, posicionando-se como a 28ª maior taxa mundial de homicídios por 100.000 habitantes (BORGES, 2014). Trata-se, ademais, de um município definido por estruturais problemas no serviço de transporte público, onde o automóvel individual é definido como meio de mobilidade preferencial. A cidade apresenta o mais elevado índice de automóveis por habitantes no Brasil, com um carro para cada 1,6 moradores (OLIVEIRA, 2009). O prefeito da cidade, Paulo Garcia, é filiado ao PT e governa em uma coalizão integrada pelo PMDB. O governador do Estado, Marconi Perillo, é filiado ao PSDB. É nesse contexto que o movimento estudado surge e atua. A sua principal causa é a melhoria na qualidade e a redução nas tarifas do serviço público de transporte coletivo urbano. A sua principal tática reside nos protestos públicos de rua. Uma narrativa destas ações e dos respectivos desdobramentos revela-se, assim, indispensável para a compreensão do objeto desta pesquisa.

Em 8 de maio de 2013⁸ organizou-se o primeiro ato oficialmente chamado pela FLTP, à época ainda conhecida como Frente de Lutas Contra o Aumento. A manifestação parou o trânsito por várias horas, reivindicando a vinda de algum membro da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTTC), órgão regulador do transporte público na região metropolitana de Goiânia, para recebimento de uma carta de reivindicações. A repressão policial foi gradativamente aumentando, com a chegada de destacamentos cada vez mais armados e aumento da pressão para que o protesto liberasse a via. Após intensa negociação, deu-se o comparecimento de uma servidora da CMTTC, para quem franqueou-se uma breve fala no carro de som utilizado pelo movimento.

Em 16 de maio de 2013 ocorreu um protesto que seguiu em marcha pelo principal corredor viário da Capital, a Avenida Anhanguera, para aportar em um importante terminal de ônibus,

⁸ À exceção do ato de 20 de junho de 2013, não são apresentados números referentes ao contingente de manifestantes aderentes aos protestos. Essa opção decorre do fato de que não há um mínimo acordo entre jornalistas, policiais e ativistas quanto a tais dados. Do mesmo modo, inexistente uma metodologia clara e transparente para o levantamento dessa informação nos protestos de Goiânia. Em geral, atribuiu-se, nos diferentes protestos anteriores ao de 20 de junho, uma presença oscilante entre 200 pessoas (nas mais austeras estimativas apresentadas pela Polícia Militar) e 3000 manifestantes (segundo as versões mais hiperbólicas transmitidas por ativistas e jornalistas). A observação efetivada pelas/os pesquisadoras/es do PROLUTA-UFG indica que, em média, as manifestações compreendiam aglomerações com extensão de aproximadamente 200 metros de comprimento, compreendendo a largura de uma pista das maiores avenidas da cidade.

denominado Praça A. A ideia dos ativistas era discutir com a população os problemas do transporte. Tal empreitada não se realizou, uma vez que, antes da entrada da manifestação, o terminal havia sido esvaziado e fez-se um cordão policial de isolamento. A tensão culminou no primeiro, e consideravelmente grave, embate entre ativistas e policiais. Pessoas se feriram, gás lacrimogêneo foi utilizado, bombas de efeito moral foram lançadas contra os ativistas e, enfim, ocorreram disparos de arma letal. Houve grande repercussão na imprensa. Estava marcada para aquela data a reunião da Câmara Deliberativa do Transporte Coletivo (CDTC), órgão que decidiria sobre o aumento da tarifa. A reunião foi cancelada e remarcada para o dia 21 de maio de 2013.

Na data acima mencionada, realizou-se um protesto às portas do Palácio Pedro Ludovico, sede do Governo Estadual, local onde ocorreria uma reunião do órgão colegiado CDTC⁹. A expectativa era de que a reunião fosse aberta, em respeito ao princípio da gestão democrática da cidade, por meio da participação da população, prescrito no artigo 2º, inciso II, da Lei 10.257/2011, conhecida como Estatuto da Cidade. Afinal, após longas negociações, um grupo de três pessoas foi autorizado a entrar no edifício. Todavia, diferentemente do imaginado por quem ficara nas ruas, os três ativistas foram apenas mantidos no prédio governamental, sem nenhum acesso à CDTC. Ainda naquele dia anunciou-se o aumento da tarifa.

Em 28 de maio de 2013 ocorre uma virada na relação entre autoridades policiais e manifestantes, com um recrudescimento significativo da repressão aos ativistas. Na ocasião, ocorreu um protesto com saída da Praça Universitária, complexo onde se localizam diversas unidades acadêmicas da UFG e da PUC-GO. Os manifestantes marcharam até o Terminal da Praça da Bíblia, um importante elo entre as regiões centrais e a periferia da cidade. O protesto ocorreu no período noturno e, novamente, o terminal de ônibus fora esvaziado e isolado por forças policiais. Uma vez mais, houve confronto. Desta feita, em escala exponencialmente ampliada. Os militares se utilizaram da cavalaria e do pelotão de choque. Inúmeros ativistas se refugiaram nas dependências da Faculdade de Direito da UFG, no Setor Universitário. Lá, após horas de cerco policial, negociou-se a saída dos manifestantes.

Em 30 de maio de 2013 teve início, em Goiânia, na mesma Praça Universitária, o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ao desembarcar na cidade, o então presidente da referida entidade, Daniel Iliescu (PCdoB), criticou os manifestantes que aderiram ao protesto ocorrido dois dias antes. Ainda no aeroporto, o dirigente concedeu uma entrevista em que combatia publicamente táticas que seguem uma lógica própria à atualidade, como o uso de máscaras¹⁰. O Congresso presidido por Iliescu recebera, para a sua realização, vultoso

⁹ O órgão em questão é composto, exclusivamente, de representantes do aparato burocrático estatal. Não há, pois, qualquer participação deferida à sociedade civil. Confira-se a sua atual conformação: Eduardo Alexandre Zaratz Vieira da Cunha - Presidente da CDTC e Secretário de Estado da Região Metropolitana de Goiânia - Paulo de Siqueira Garcia - Prefeito Municipal de Goiânia - Luiz Alberto Maguito Vilela - Prefeito Municipal de Aparecida de Goiânia - Misael Pereira de Oliveira - Prefeito Municipal de Senador Canedo - Humberto Tannús Júnior - Presidente da AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - Ubirajara Alves Abbud - Presidente da CMTC - Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - Patricia Pereira Veras - Secretária Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade de Goiânia - Nelcivone Soares de Melo - Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Goiânia - Talles Barreto - Deputado Estadual.

¹⁰ Do subcomandante Marcos, do EZLN, seguindo-se pelos militantes de Seattle em 1999 na reunião da OMC e

financiamento do Governo do Estado de Goiás, ao qual se subordina a Polícia Militar. A profunda distinção entre o ativismo de esquerda do século XXI e os movimentos paraestatais da era Lula-Dilma ficara, assim, nítida como em poucas ocasiões na história recente do Brasil.

Nesse contexto de manifestações com embates cada vez mais profundos, chegou-se ao mês de junho de 2013, quando se alastraram pelo país inúmeras mobilizações multitudinárias. Teve lugar um contexto de contestação e de mobilização social, concomitante à realização da Copa das Confederações da FIFA no país. Na cidade de São Paulo, uma cartografia da rede social Facebook elaborada por Sérgio Amadeu Silveira e Tiago Pimentel detectou que, até o dia 13 de junho, quando a capital paulista contava três atos públicos referentes ao transporte, este assunto e a violência policial eram os principais temas em discussão no contexto das interações sobre manifestações (cf. SILVEIRA & PIMENTEL, 2013). Iniciava-se o momento histórico definido como “Jornadas” ou, mais cautelosamente, “acontecimentos” (cf. SINGER, 2013) de junho. Os protestos que, em maio, movimentaram cidades como Natal, Porto Alegre e Goiânia chegavam, um mês depois, às ruas de capitais como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A insurreição gestada no Brasil periférico alcançava, enfim, o centro econômico brasileiro.

No dia 06 de junho de 2013, em Goiânia, realizou-se novo ato. Os ativistas dirigiram-se à central operacional do órgão responsável por coordenar horários e fluxos dos ônibus urbanos. Novamente, houve tensão entre polícia e manifestantes, que tiveram de se refugiar no Instituto Federal, uma instituição pública de ensino superior.

No dia 19 de junho de 2013, data precedente à mais multitudinária das manifestações organizadas em Goiânia, o aumento da passagem de ônibus foi revisto, voltando a tarifa ao seu valor anterior. Era a primeira conquista, em termos de reversão de uma política pública tarifária, obtida pelo movimento.

Em 20 de junho de 2013 aconteceu um dos maiores protestos públicos da cidade de Goiânia, com par apenas em momentos como as Diretas Já (1984) e o Fora Collor (1992). Aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) pessoas ganharam o centro da cidade, em um final de tarde que se consubstanciou como um feriado informal, quando comércio, escolas e órgãos públicos suspenderam as respectivas atividades. O ato fora chamado dias antes pela FLTP que, em 19 de junho, realizou uma última e ampla reunião preparatória, com a presença de aproximadamente 90 (noventa) pessoas. Ali, detalhes como as pautas reivindicatórias e os itinerários a serem adotados foram acertados.

O ato público ganhou uma dimensão não antevista, tornou-se diversificado em suas pautas e não atendeu aos parâmetros deliberados no dia anterior. Policiais Militares distribuíram flores

de Gênova em 2001, chegando-se a incontáveis momentos posteriores, o uso de máscaras passou a integrar a paisagem dos protestos, como meio de se evitar retaliações estatais, de se cultivar uma nova estética ativista e de se proteger os militantes contra o efeito direto dos gases tóxicos utilizados pelo poder público. Nota-se que autoridades policiais de batalhões de choque sempre se utilizaram de artifícios congêneres em todo o mundo, valendo de capacetes e de máscaras. Trata-se, portanto, de uma tentativa de equiparação das condições entre agentes de Estado e sociedade civil, antes de tática unilateral ou desequilibradamente adotada por esta.

aos transeuntes. Cartazes com frases mutuamente contraditórias¹¹, massas caminhando em direções diferentes e uma profunda hostilidade contra os ativistas que estiveram nas primeiras marchas deram o tom daquele protesto. Militantes de partidos da oposição de esquerda, até então aceitos sem grandes turbulências em todos os protestos, foram agredidos. O itinerário decidido, que previa o término do ato na Assembleia Legislativa, fora substituído por um apolítico trajeto que se encerrou em um bairro residencial nobre, chamado Setor Bueno, onde não há qualquer repartição governamental, mas inúmeros bares e casas noturnas, destino de grande parte da massa naquela noite. Grupos minoritários mantiveram-se leais às deliberações prévias e seguiram para as imediações da Assembleia Legislativa, onde foram alvo de embate com a tropa de choque e com a cavalaria, culminando em alguns feridos.

A partir do ato de 20 de junho, avaliando a situação como inédita, mas também confusa, a FLTP optou por iniciar uma série de trabalhos de discussão interna, que culminariam em uma ampliação das respectivas pautas. O movimento passou a se concentrar sobre a mobilidade urbana de modo mais amplo, sem conferir a ênfase até então atribuída à questão tarifária. Coerentemente, mudou-se o nome de Frente de Lutas Contra o Aumento para Frente de Lutas Pelo Transporte Público.

Em 27 de setembro de 2013 ocorreram dois protestos simultâneos, organizados, respectivamente, por professores da rede municipal e pela FLTP. Em 3 de outubro de 2013 ocorreu um ato com número reduzido de aderentes que terminou, novamente, com ativistas sitiados pela Polícia Militar na Faculdade de Direito da UFG.

O ano de 2013 encerrou-se com a conquista, ao menos formal, da política de passe livre estudantil na região metropolitana de Goiânia. A medida, todavia, ainda dependeria de um acordo entre Governo Estadual e prefeituras municipais, para distribuição do impacto orçamentário entre os diferentes entes federativos. A legislação referente à política pública de isenção tarifária para estudantes só seria definitivamente sancionada em maio do ano seguinte.

Já em 2014, os atos públicos que se seguiram até o anúncio de um novo aumento tarifário reivindicaram, principalmente, o retorno de uma política pública denominada “Ganha-tempo”, que permitia ao usuário do sistema de transporte a realização de três viagens de ônibus com uma passagem, durante um período de duas horas e trinta minutos. A política fora afastada por decisão judicial expedida em ação movida por empresas concessionárias do serviço de transporte. Outras pautas que mobilizaram os ativistas referiram-se a melhorias na qualidade do transporte e imediata implementação do projeto do passe livre estudantil, além da reversão de suas limitações e condicionalidades.

No dia 6 de fevereiro, um protesto pacífico foi encerrado pela Cavalaria e pela Tropa de Choque da Polícia Militar. Uma vez mais, os aderentes refugiaram-se na Universidade Federal de

¹¹ Havia, por exemplo, os que pediam a redução da carga tributária do “setor produtivo” e os que clamavam por mais impostos para os empresários. Alguns criticavam a homofobia, enquanto outros ostentavam cartolinas dizendo “Ronaldo, você diz que não se faz copa com hospitais, mas com estádios. Eu te digo: sexo se faz com mulheres, não com travestis”.

Goiás, de onde saíram após negociação entre advogados e a PM que, novamente, cercava os manifestantes. Nos dias 13 e 26 de fevereiro e 8 de março de 2014, novos protestos organizados pela FLTP ocorreram.

Sob novo anúncio do aumento da tarifa, em 15 de abril a FLTP e outras organizações articularam um “dia de lutas”. Seis protestos foram planejados, mas apenas dois ocorreram, além de uma paralisação de terminal, organizada espontaneamente por usuários do transporte. Em 9 de maio de 2014 ocorreu outro protesto, ao final do qual verificou-se a depredação de alguns ônibus por pessoas não identificadas. Em 21 de maio realizou-se mais um protesto, durante contexto em que os motoristas de ônibus preparavam a realização de uma greve. A tensão com os policiais e a presença sempre crescente de policiais militares à paisana foram um atributo marcante desse período.

Ao longo de 2014, uma nova constelação de mobilizações somou-se aos protestos organizados pela FLTP. Revoltas espontâneas – sem qualquer direção política ou prévio planejamento – em terminais, ocorrentes sob o contexto de atrasos ou superlotações dos coletivos, tornaram-se frequentes na rotina de Goiânia e região metropolitana. Nesse contexto, ônibus foram destruídos e terminais ficaram temporariamente fechados. Os problemas do transporte público e a inexistência de canais de diálogo entre Município, Estado e usuários de coletivos ganhavam nova dimensão e passavam a integrar de modo central a agenda pública da cidade, sob um ambiente de incontida e disseminada rebeldia civil. A proliferação das revoltas espontâneas implicava, como nunca, potenciais e efetivos prejuízos aos concessionários do serviço público de transporte coletivo urbano.

No dia 23 de maio de 2014, como já se expôs, deflagrou-se a operação policial “2,80”. Três ativistas, com idades entre 18 e 19 anos, tiveram suas casas invadidas às seis da manhã por homens vestidos de preto e encapuzados (um traje quase idêntico ao dos militantes que aderem à tática black-bloc). Os rapazes foram algemados (em contrariedade à Súmula Vinculante número 11/STF) e conduzidos a uma Delegacia. Ali, prestaram depoimentos e seguiram para um presídio. Dentre os indícios de crimes recolhidos em suas residências havia um livro publicado pela editora Boitempo, instrumentos musicais, cartazes e panfletos de movimentos como maio de 1968 na França, além de microcomputadores. Os jovens foram acusados de depredarem ônibus, mas tudo o que havia no inquérito policial em seu desfavor era o depoimento de um militar reformado que exercia a função de “gestor de segurança e risco” das empresas de transporte. *Dominium*, como nos últimos dias do Império Romano, parecia condicionar as ações de *Imperium*.

Um preso político, o artista gráfico Heitor Vilella, de 19 anos, estudante de comunicação social da UFG, era acusado de incitação ao crime por confeccionar panfletos e cartazes contra o aumento de tarifas de transporte. Ian Oliveira, também de 19 anos, era acusado de participar de um protesto em que um ônibus teria sido incendiado na data de 9 de maio de 2014. O jovem, contudo, encontrava-se, na referida data, precisamente no Instituto de Ciência Política, IPOL, da Universidade de Brasília, apresentando um trabalho acadêmico no 2º Simpósio Nacional

Democracia e Desigualdades. Um terceiro detido, João Marcos, é um jovem secundarista que completou 18 anos em abril de 2014 e participa, como inúmeros colegas de sua escola, de algumas manifestações. Havia, ainda, um quarto estudante, matriculado na UFG, chamado Tiago, contra quem fora expedido mandado de prisão que, todavia, não chegou a ser cumprido, uma vez que as autoridades policiais não o encontraram. Nos autos do inquérito policial, os ativistas eram descritos como “subversivos” – léxico estranho ao ordenamento jurídico nacional desde a redemocratização – e a FLTP era predicada como “organização criminosa”.

Esse contexto gerou indignação junto à sociedade civil goianiense, especialmente em meio aos movimentos sociais e à intelectualidade. A OAB demandou explicações sobre as prisões e pleiteou respeito aos direitos fundamentais dos detidos. O Reitor da UFG compareceu à Delegacia de Polícia e, dias após, reuniu-se com o Presidente do Tribunal de Justiça¹², solicitando que o caso fosse abordado conforme a legalidade e a constitucionalidade. Uma ampla assembleia, na tarde do sábado, dia 25 de maio, reuniu mais de 300 pessoas no auditório da Faculdade de Educação da UFG. Ali, todo o espectro político de esquerda se viu coeso e unido contra os partidos no governo (PT, PMDB e PSDB), a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Um documento contra a criminalização dos movimentos sociais foi unanimemente aprovado por uma coletividade composta de intelectuais independentes, anarquistas, maoístas, trotskistas, stalinistas, teólogos da libertação, prestistas, auto-gestionários e toda uma amplíssima constelação de forças e de ideologias políticas. Em poucas horas, havia mais de duas mil subscrições, advindas de todo o mundo.¹³

No dia 27 de maio, terça-feira, um massivo ato público promoveu, novamente, a unidade da esquerda política goianiense e tomou as ruas da cidade, em direção ao Tribunal de Justiça¹⁴. No dia 29 de maio, quinta-feira, durante a manhã, novo protesto ganhou o centro de Goiânia, agora com o apoio de professores municipais. Os manifestantes exigiam a imediata libertação dos detidos, que só ocorreria na noite de 29 de maio. Estas duas manifestações ocorreram sem conflitos entre os presentes – dentre os quais incluíam-se diretores de unidades da UFG, membros da OAB e figuras públicas locais – e as forças policiais.

O caso ganhou ímpar visibilidade nos veículos de comunicação locais e o enquadramento oscilou de uma imagem negativa dos presos políticos, para a realização de perfis laudatórios, contando a trajetória acadêmica e os hábitos de vida dos jovens. A mudança de enquadramento midiático seguiu o curso das adesões aos protestos de rua e às manifestações de solidariedade nos espaços virtuais.

O episódio é especialmente relevante porquanto, de um modo pouco comum na história

¹² Um dos autores deste texto participou da reunião. Estiverem presentes, ainda, o Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal e um Tenente-coronel da Polícia Militar.

¹³ O conteúdo da nota pode ser acessado neste endereço: <<http://passapalavra.info/2014/05/95539>>. Último acesso: 22 de junho de 2014

¹⁴ O Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal, acompanhado de um Tenente-coronel da PM, recebeu uma comissão constituída por familiares dos presos e advogados. Na ocasião, foi entregue o documento público, já com mais de duas mil assinaturas, em favor da libertação dos ativistas. Um dos autores deste trabalho esteve presente a esta reunião.

recente do país, uma prefeitura concedente do serviço de transporte, empresários do segmento, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário agiram de maneira coordenada e eficiente para prenderem preventivamente¹⁵ militantes de um movimento social.

A seção seguinte procura extrair conclusões da sucessão de episódios aqui narrada neste estudo de caso, de modo a indicar os limites de três generalizações ou conjecturas comuns ao estado da arte da ciência política brasileira, no que tange à sua compreensão dos protestos que eclodiram a partir de 2013.

4 – Conclusões Parciais: três “cisnes negros” identificados no estudo de caso

A narrativa acima apresentada é relevante para a ampliação do espectro cognitivo da ciência política. Esta assertiva se justifica, em uma primeira medida, pelo simples fato de que a compreensão do caso perquirido diz respeito a uma sucessão de eventos sociais e políticos revestidos de intrínseca relevância na contemporaneidade do país. Ademais, trata-se de um caso em que, de um modo peculiarmente claro, pode-se identificar o significado do ativismo e dos protestos de rua no âmbito político. Estudos vinculados a objetos como comportamento eleitoral, jogos legislativos, coalizões de governos, espaços participativos ou debates informais na esfera pública dificilmente explicariam, por exemplo, a produção da política pública de passe livre na região metropolitana de Goiânia. Ou seja, as lutas sociais travadas nas ruas possuem tanta relevância nos estritos limites da ciência política – que ainda as trata com menor apreço – como em áreas onde são mais detidamente estudadas, a exemplo da sociologia política e da antropologia.

Ademais, o caso estudado indica que a compreensão das relações de poder no Brasil contemporâneo, mesmo no mais estrito sentido weberiano de liderança ou influência sobre a máquina estatal, não pode ser analiticamente decomposta como uma disputa agrupada segundo os diferentes partidos institucionalizados no país. Ao contrário, é possível identificar-se, além das fronteiras do campo político-institucional, pressões e demandas organizadas que põem em cheque aquilo que irmana os partidos no regime. Ciclos de protestos populares, como o do caso apresentado, costumam aclarar as solidariedades entre os jogadores do campo político (*e.g.*, PT, PSDB, PMDB etc.) porque o seu próprio jogo se revela ameaçado¹⁶. Nas palavras de Bourdieu:

¹⁵ Sob o aspecto processual-penal, a prisão preventiva só ocorre em situações excepcionalíssimas. Isso se dá porque, diferentemente da prisão temporária, por exemplo, ela não tem um prazo fixo de duração e pode perdurar indefinidamente, enquanto prosseguir a instrução criminal. O STF tem entendido que, em qualquer caso, essa forma de prisão cautelar não pode ultrapassar 81 dias, período, de qualquer modo, muito superior ao de outras modalidades de prisão anterior à condenação. No caso estudado, há uma particularidade que desperta a atenção: se os jovens fossem condenados com as maiores penas por todos os crimes investigados, não ficariam, ainda assim, presos em regime fechado. Em suma, durante a simples apuração de supostos crimes, eles já se encontravam em situação mais gravosa do que na hipótese de condenação nos mais rígidos termos. Esse quadro já foi classificado pelo STF, em reiteradas decisões, como abusivo. Um levantamento informal junto a ativistas, advogados e pesquisadores de movimentos sociais sugere que esse foi o primeiro caso de expedição de mandado de prisão preventiva contra militantes, desde os acontecimentos de junho de 2013.

¹⁶ Em São Paulo, a polícia comandada por Geraldo Alckmin (PSDB) atuou na repressão de manifestantes pacíficos organizados em favor de uma política pública de transportes reivindicada perante Fernando Haddad (PT), em

Esta solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (*obsequium*) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento no jogo de que eles têm o monopólio e que precisam perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal. (BOURDIEU, 2012, p. 173).

Além desses elementos, o caso em apreço, como se antecipou na seção introdutória, permite a produção de três refutações - “cisnes negros” - a conjecturas - “generalizações” - comuns à ciência política brasileira em seu estágio atual. Adiante, aborda-se cada uma delas de modo mais detido.

4.1 – Para além do pensar sudestocêntrico: a origem periférica dos protestos de 2013

No epicentro de Goiânia, exatamente entre as duas mais movimentadas avenidas da cidade, há uma ostensiva estátua do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, devidamente paramentado com vestes de conquistador e um fuzil em suas mãos. Sem favores, é o mais conhecido e visto monumento público da capital. Trata-se de um “presente” doado em 1942 à cidade pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. De um modo sucinto, é suficiente dizer que Anhanguera foi um bandeirante paulista que veio buscar ouro em solo goiano. A empreitada fora financiada em grande parte por seu genro, João Leite da Silva Ortiz, o fundador do Curral Del Rey, atual Belo Horizonte. Em suma, flutua sobre o ponto mais central e movimentado de Goiânia a inequívoca imagem do colonizador egresso do Sudeste, devidamente doada pela juventude uspiana.

Sob essa lógica colonial, não é surpreendente que o pensamento científico gestado no Sudeste, em especial na USP, dedique-se, mesmo quando saído das penas de autores marxistas ou críticos, a entender fenômenos como os protestos de 2013 a partir de São Paulo, onde tudo teria começado. André Singer aborda, por exemplo, em artigo publicado na *New Left Review* e reproduzido em português na revista *Novos Estudos*, os protestos de 2013 conforme a seguinte ordenação:

Os acontecimentos se dividiram em três fases, as quais duraram cerca de uma semana cada uma. A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho.
(...)

uma atuação de tal modo coordenada que o gestor municipal compareceu ao público em apenas uma ocasião durante os protestos de junho, precisamente no Palácio dos Bandeirantes, quando anunciou a redução da tarifa ao lado do governador. Em Porto Alegre, a polícia comandada pelo governador Tarso Genro (PT) invadiu casas de ativistas do PSOL, do PSTU e da FAG, recolhendo panfletos e textos acadêmicos, como meio de coibir um movimento que pleiteia políticas de transporte ao prefeito Fortunati (PDT). Na Bahia, a garantia de que manifestantes pacíficos fossem contidos em protestos dirigidos ao prefeito ACM Neto (DEM) foi efetivada por forças policiais cujo comandante máximo é o governador J. Wagner (PT). Em todos os casos, o Ministro da Justiça ofereceu a Força Nacional para atuar, acaso requisitada pelos governantes sub-nacionais. Trata-se de uma sucessão de episódios a ensejar mais detida investigação por parte dos pesquisadores vinculados ao campo das políticas públicas, tamanha a capacidade de coordenação demonstrada entre dirigentes políticos vinculados a forças rivais.

Com o início da Copa das Confederações (16 de junho), São Paulo perde centralidade, com o protagonismo passando às praças onde haveria jogos (Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) (SINGER, 2013, p. 24-26).

Outro pensador vinculado ao campo crítico, Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor da Unicamp, declarou que “[o]s protestos começaram em São Paulo e generalizaram-se por todo o Brasil, em uma resposta reativa das massas aos desmandos e arbitrariedades dos governantes.” (SAMPAIO JÚNIOR, 2013).

Não é necessária significativa sofisticação metodológica ou escavação empírica para se concluir que os protestos de 2013 seguiram de Natal a Porto Alegre, de Porto Alegre a Goiânia e de Goiânia a São Paulo, em um encadeamento no qual as manifestações de uma localidade influenciaram, via redes sociais (como Facebook) e páginas de ativistas (a exemplo do sítio “Passa Palavra”), umas às outras. Em seu endereço na web, por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo reproduziu, em 23 de maio de 2013, uma narrativa extraída do “Passa Palavra” sobre os protestos de Goiânia, seguida de uma declaração de apoio por parte do movimento paulista.

O desconhecimento sobre a gênese geográfica dos protestos merece maior investigação sobre a sua possível natureza de afirmação da “identidade dominante” pela “negação total do outro” (SANTOS, 2006, p. 250). A hipótese se torna mais plausível em um país, como o Brasil, onde o peculiar processo histórico forjou “condições para ao colonialismo externo suceder o colonialismo interno, para ao poder colonial suceder a colonialidade do poder” (SANTOS, 2006, p. 248).

A apresentação estampada na seção precedente permite, assim, um primeiro rendimento científico deste estudo de caso, nomeadamente a refutação fático-histórica das narrativas sudestocêntricas conferidas aos protestos de 2013 no Brasil.

Outra conclusão que este estudo possibilita diz respeito à refutação da tese de uma clara ou irremediável fragmentação das lutas políticas conduzidas nas ruas em junho de 2013. Ao menos em Goiânia, as coisas não se passaram assim, como a subseção seguinte procura desenvolver.

4.2 – A coesão como regra nos protestos de rua entre maio de 2013 e junho de 2014 na cidade de Goiânia

Reconhecidos cientistas políticos nacionais desqualificaram os protestos de 2013 como cacofonicamente repletos de pautas ou bandeiras imprecisas, contraditórias. O maior expoente dessa leitura sobre os episódios foi Wanderley Guilherme dos Santos. Sem economizar em adjetivos, o autor escreveu inúmeros artigos de opinião no seguinte diapasão:

Não existem, contudo, vozes das ruas, apenas alaridos. Não foram as cartolinas pintadas que levaram as primeiras multidões às passeatas, elas surgiram algum tempo depois das marchas em busca de um porquê das próprias marchas. A seco, melhoras genéricas da saúde pública ou da educação não estimulam o deslocamento de dezenas de milhares de manifestantes. Reforma política, então, nem em cartolina apareceu.

(...)

Participam hoje dos protestos, fora os incautos e ingênuos que sempre existem e lhes emprestam ar de legitimidade, grupos anômicos de jovens de algumas posses, grupos neonazistas e pré-fascistas, organizações nihilistas nacionais e internacionais, além das gangues ordinárias de ladrões e assaltantes. (SANTOS, 2013)

O caso aqui estudado permite a refutação da supracitada generalização como um misto de sudestocentrismo (aspectos peculiares ao Rio de Janeiro são elevados ao patamar de análise sobre os protestos em geral), com o congelamento de um momento peculiar e circunstanciado dos atos de 2013 e 2014. Como se viu no particular exemplar histórico goianiense, apenas em 20 de junho de 2013 ocorreu uma multiplicidade contraditória e desorientada de causas, atores e táticas. Em todas as outras ocasiões, com destaque para os atos pela libertação dos presos políticos no ano de 2014, a coesão, o foco e a unidade entre amplas e plurais forças políticas foram a tônica das marchas de rua. A partir de uma análise detida e cuidadosa de cada manifestação ocorrente em Goiânia, é razoável supor que fenômeno correlato pode ter ocorrido no Rio de Janeiro, onde as marchas multitudinárias da Avenida Rio Branco podem ter sido sucedidas por movimentos inclusivos, democráticos e focados quanto às demandas apresentadas, como o Ocupa Câmara, o Fora Cabral e a Greve dos Garis.

A tese da explosão anômica dos protestos, de qualquer modo, está por ser demonstrada por meio de estudos que produzam levantamentos acoplados a séries anuais – a exemplo deste trabalho – sobre todos os protestos de rua ocorrentes, ao menos, nas capitais do Brasil. O que o presente estudo fez em Goiânia deve ser replicado em escala nacional, antes de se autorizar a pertinência científica das ideias acima transcritas.

A propósito da transcrição de um autor laudatório quanto às instituições democrático-representativas do país, encontra-se ensejo para a terceira descoberta deste trabalho, referente à natureza não poliárquica da cena política na região metropolitana de Goiânia na atualidade. Este é o tema da derradeira subseção deste trabalho.

4.3 – A poliarquia ausente: sinais de fechamento do regime político em Goiânia

Os protestos ocorridos em Goiânia entre maio de 2013 e junho de 2014 foram, em sua quase totalidade, pacíficos. Os episódicos atos de depredação concentraram-se, quase sempre, em revoltas espontâneas, sem direção política. O movimento estudado está distante de se definir, quanto aos seus objetivos, como um grupo antirregime ou revolucionário. Ao contrário, suas bandeiras compõem-se preponderantemente de demandas em favor do cumprimento de normas jurídicas já positivadas, tais como modicidade de tarifas, eficiência do serviço público, livre manifestação do pensamento e gestão participativa da cidade. Ainda antes de reivindicarem novos direitos – o que fazem em menor escala – os ativistas se limitam à moderada pauta de pleitearem o cumprimento da legislação por parte do Poder Público. Essa limitada pauta contestatória, todavia, é suficiente para que eles não estejam seguros em Goiânia e região.

Durante a atuação como advogado dos presos políticos, um dos autores deste trabalho

surpreendeu-se com o colossal volume de telefonemas que recebia diariamente, oscilando entre cento e vinte e cento e cinquenta ligações. A quase totalidade das chamadas era proveniente de estudantes ou de lideranças de movimentos ou sindicatos, e tinha o constante conteúdo de uma indagação semelhante ao seguinte: “professor, você pode me dizer se eu sou citado em algum inquérito policial e se há alguma chance de ser o próximo preso?” Dezenas de pessoas deixaram a cidade às pressas no contexto da prisão dos estudantes. O ambiente de tensão era incontrolável.

Até mesmo o coletivo de advogados, integrado por cinco pessoas, dentre as quais um membro do Conselho Federal da OAB, não podia sequer transitar pelas dependências do Tribunal de Justiça, senão sob a escolta de quatro policiais militares que lhes faziam um apertado cerco em forma de círculo e acompanhavam os respectivos passos, por determinação de um Tenente-Coronel. Uma advogada teve sua moradia vigiada e precisou se mudar temporariamente.

Como detalhou a narrativa desenvolvida na terceira seção, acima, quase todos os protestos, desde maio de 2013, foram pacíficos. Apesar disso, terminaram com violenta repressão policial. A persecução penal voltada à apreensão de livros, panfletos e instrumentos musicais e à detenção de jovens entre 18 e 20 anos contou com a chancela de todo o Estado, ou seja, Executivo, Judiciário e Ministério Público, sob silêncio dos parlamentares.

Estado e Município jamais receberam os manifestantes, como se infere da narrativa exposta na seção antecedente. Não há, tampouco, mecanismos institucionais, além das eleições quadrienais, voltados à participação social e ao processamento das demandas ou aspirações circulantes em meio às esferas públicas temáticas da cidade.

Ademais, experimenta-se uma incomum militarização da cena político-estatal. Desde a administração escolar, seguindo-se pela relação com movimentos sociais, a Polícia Militar exerce um conjunto de funções sempre crescente e estranho ao rol de competências que a Constituição da República lhe entrega. O Estado é alvo de um Incidente de Deslocamento de Competência provocado no STJ pela Procuradoria Geral da República, em função da inépcia de suas instituições (Polícia, Ministério Público e Judiciário) para apurar, processar e julgar contumazes e sistemáticos assassinatos de moradores de rua na região metropolitana de Goiânia.

É razoável, portanto, propor-se que em Goiânia, onde o Estado classifica manifestantes como “subversivos” e um movimento social como “organização criminosa”, valendo-se de intimidações sobre advogados, intelectuais e lideranças sociais, não há nada semelhante ao que Robert Dahl definira como “oportunidades de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas [e] manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais...” (DAHL, 2012, p.41). Os critérios de inclusividade e de liberalização, em que pese a ocorrência de sufrágio universal e a previsão formal de um regime constitucional-democrático, não se revelam, *ipso facto*, atendidos em Goiânia e região. Isto é o que indica a sucessão de episódios inconstitucionais de repressão aqui narrados, a contemplarem todas as esferas de governo. A partir desta conclusão parcial, novos estudos sobre o assunto devem ter lugar.

É pertinente, com efeito, a condução de uma agenda de pesquisas, no âmbito da ciência política crítica, voltada a perquirir as efetivas relações de dominação que subjazem à institucionalidade contemporânea em Goiás, inviabilizando, *manu militari*, a manifestação de quaisquer vozes exorbitantes à das elites políticas que gerem as instituições estatais. Descobrir a verdade das relações de força subjacentes e prevaletentes sobre o “gênero sem corpo” (cf. MARX, 2005) da formalidade jurídico-constitucional é uma tarefa de urgente relevância para a devida compreensão das relações políticas na atualidade da região.

Referências

BOHMAN, James. The Coming of Age of Deliberative Democracy. *Journal of Political Philosophy*, v.6, n.4, p. 400-425, dez. 1998.

BORGES, Fernanda. *Goiânia é a 28ª Colocada em Ranking das Cidades mais Violentas do Mundo*, G1, 24/03/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/03/goiania-e-28-colocada-em-ranking-das-cidades-mais-violentas-do-mundo.html>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 16ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRYDON-MILLER, Mary; GREENWOOD, Davydd; MAGUIRE, Patricia. Why Action Research? *Action Research*, v. 1. n.1, Londres, Sage, 2003, p. 29-38.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. 1ed. 2 reimp. São Paulo: EDUSP, 201

DOUZINAS, Costas. Athens Uprising. *European Urban and Regional Studies*, vol. 20, n.1, p. 134-138, 2013. Tradução nossa do trecho citado.

FERES JR., João. Aprendendo com os Erros dos Outros: O que a História da Ciência Política Americana tem para nos Contar. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.15, p. 97-110, nov. 2000.

FLYVBJERG, Bent. Five Misunderstandings about Case-study Research. *Qualitative Inquiry*, v. 12, n. 2, apr. 2006. Tradução nossa do trecho citado.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, 2003. p. 193-224.

KEANE, John. On Tools and Language: Habermas on Work and Interaction. *New German Critique*, n. 6, outono, 1975.

MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Revisão Técnica da Tradução de Patrícia Fontoura. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *Marx to Ruge*: Kreuznach, september, (MEIA) 1843. Disponível em: http://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43_09.htm. Acesso em 11 de janeiro de 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e Sociedade de Classes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, Brasília, setembro/dezembro de 2012, p. 93-118.

OLIVEIRA, Mariana. *15 das maiores cidades têm um veículo para cada 2 habitantes*. G1, 02/11/2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL1361733-9658,00-DAS+MAIORES+CIDADES+TEM+UM+VEICULO+PARA+CADA+DOIS+HABITANTES.html>. Acesso em: 12 de junho de 2014.

PATEMAN, Carole. *Participation and Democratic Theory*. Londres: Cambridge University Press, 1970.

RENAULT, Emmanuel. Taking the Inheritance of Critical Theory: Saving Marx by Recognition? In: BUSCH, Hans-Christoph Schmidt; ZURN, Christopher F. *The Philosophy of Recognition: historical and contemporary perspectives*. Lanham: Lexington Books, 2010.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. *Interesse Nacional*, São Paulo ano 6, n.23, outubro-dezembro, 2013, p. 57-66.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Anomia Niilista* (2013). Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/3211228/anomia-niilista>. Acesso em: 19 de junho de 2014.

SERODIO, Guilherme. *Brasil é 4o País mais Desigual da América Latina e Caribe, diz Onu*. Jornal Valor, 21/08/2012. Disponível em: www.valor.com.br. Acesso em: 10 de junho de 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu; PIMENTEL, Tiago. *Cartografia de Espaços Híbridos: as manifestações de junho de 2013*. (2013). Disponível em: <http://http://interagentes.net/?p=62>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*: Cebrap, nov. 2013, n. 97, p. 23-40.

STEENBERGEN, Marco; BÄCHTIGER, André; SPÖRNDLI Markus; STEINER, Jürg. Measuring Political Deliberation: a Discourse Quality Index. *Comparative European Politics*, 1, 2003.

TAVARES, Francisco Mata Machado. *Para Além da Democracia Deliberativa: uma crítica marxista à teoria política habermasiana*. Tese de Doutorado. DCP-UFMG, 2013. Disponível em: <http://marxismo21.org/estado-e-democracia/>. Acesso em: 18 de junho de 2014.

YOUNG, Iris Marion. Activist Challenges to Deliberative Democracy. *Political Theory*, v. 29, n.5, 2001, p. 670-690.